



PRIVACY AND DATA PROTECTION CENTRE
uma síntese da atividade desenvolvida pelo Centro, em 2021

O *Privacy and Data Protection Centre* (doravante Centro), da Universidade Europeia, foi criado no dia 30 de abril de 2021, por deliberação do Conselho Científico e tem por finalidade: a) acompanhar e monitorizar a implementação do novo quadro normativo de proteção de dados pessoais da União Europeia e nacional, bem como analisar o desenvolvimento da matéria em outros espaços geográficos ou políticos, como por exemplo os países de língua portuguesa, e contribuir para o esclarecimento da academia, das organizações e da sociedade em geral; b) desenvolver programas e lecionar cursos em regime presencial e em regime não presencial, em colaboração com instituições portuguesas e estrangeiras, na área da proteção de dados pessoais e em área afins, tais como a Propriedade Intelectual, o Direito do Consumo, o Direito da Saúde, o Direito Digital e a Inteligência Artificial.

PUBLICAÇÕES

O Centro celebrou o primeiro ano de atividade, em abril de 2021, com o lançamento da revista académica online, *Privacy and Data Protection Magazine*, uma revista quadrimestral que integra quatro secções: artigos doutrinários; outros estudos; legislação e jurisprudência comentadas e resenhas de obras que se constituam como referência nas áreas de conhecimento acolhidas no PDPC.

Até ao momento foram editados os números 01/2021 e 02/2021, estando a 03/2021, em fase de finalização.

Privacy and Data Protection Magazine - Revista Científica na Área Jurídica,
n.º 02-2021, abril 2021. ISSN: 2184-920X

I – ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

O Direito Fundamental à Proteção de Dados Pessoais na Constituição Federal Brasileira de 1988, Ingo Wolfgang Sarlet

A Protecção de Dados Pessoais em Angola: Realidade, desafios e perspectivas, Amaro Santos Figueiredo

Da Protecção de Dados a uma Política Pública de Privacidade, Maria Cláudia Cachapuz e Maria Luiza Kurban Jobim

A Lei Geral de Protecção de Dados Pessoais e os seus reflexos no Poder Judiciário brasileiro, Luciano Alves dos Santos

O Rastreamento e Compartilhamento de Dados Pessoais e a COVID-19, Márcia Santana Fernandes

Preservação de Informações na Área da Saúde: Aspectos morais, jurídicos e éticos à luz da Bioética, José Roberto Goldim

A Inteligência Artificial e o Ecossistema Industrial na sua relação com as Patentes na Área da Saúde: uma abordagem jurídica e antropocêntrica sobre os desafios impostos em tempos de pandemia, Cristina Maria de Gouveia Caldeira e Gabrielle Bezerra Sales Sarlet

Teletrabalho – a Nova Normalidade?, João Massano

Nas Fronteiras da Propriedade Intelectual: Os direitos patrimoniais sobre dados, uma perspetiva europeia, Manuel David Masseno.

Nos 20 anos da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais: sobre a cultura dos direitos humanos como chão comum da União europeia. Reflexões jurídico-políticas, Pedro Rebelo Botelho Alfaro Velez

II – OUTROS ESTUDOS

Há mar e mar – Há plásticos e redes a pescar Blue Circular PostBranding Project, Isabel Farinha, Carlos A.M. Duarte e Mafalda G. Carvalho

III – LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA COMENTADAS

Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia relativo ao Processo C-311/18, de 15 de julho de 2020 (Schrems II), Alexandre Sousa Pinheiro

Acórdão do Tribunal de Justiça (Grande Secção) de 17 de dezembro de 2020 Comissão Europeia/Hungria (Processo C-808/18), Elizabeth Accioly

IV – RECENSÕES

A Sociedade da Transparência, Byung-Chul Han, Relógio de Água, 2014, José Conde Rodrigues

Privacy and Data Protection Magazine - Revista Científica na Área Jurídica,
n.º 02-2021, agosto 2021. ISSN: 2184-920X

I – ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

Recursos Humanos, Processos e Dados Pessoais: contributos da gestão de informação para a melhoria organizacional, Leonor Gaspar Pinto e Natália Antónia

O Consumerismo e os Problemas Socioambientais na Sociedade Moderna: por uma sustentabilidade socioecológica, Cleide Calgaro e Agostinho Oli Koppe Pereira

Decisões Automatizadas e Processos Discriminatório: a Lei Geral de Proteção de Dados brasileira como mecanismo de governança, Núbia Franco de Oliveira, Deilton Ribeiro Brasil e Jamile Bergamaschine Mata Diz

A Proteção de Dados Pessoais à luz da Constituição Brasileira, Estudo de Caso sobre o Censo do IBGE (ADI N. 6387), Gabriel Schulman, Ana Carolina Contin Kosiak

“Coisificação” dos Dados Pessoais no Âmbito das Relações Contratuais, Patrícia P. Carneiro

II – OUTROS ESTUDOS

Proteção e Tratamento de Dados Pessoais de Jogadores Online, Francisco Carvoeiras

III – LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA COMENTADAS

Regulamento Inteligência Artificial, Cristina Maria de Gouveia Caldeira

IV – RECENSÕES

Privacy is Power, Carissa Vélez, Penquin Random House, Uk, 2020, Alexandre Sousa Pinheiro
Direito e Inteligência Artificial - em defesa do Humano, Juarez Freitas e Thomas Bellini Freitas, Editora Fórum, Belo Horizonte, 2020, Márcia Santana Fernandes

Ebook *Direito da Sociedade do Conhecimento*, vol. II estudos na área do direito

O Centro publicou o ebook *Direito da Sociedade do Conhecimento*, vol. I, em 2020, e em 2021 preparou o ***Direito da Sociedade do Conhecimento II***, que será publicado no início de 2022. A nova publicação reúne um conjunto de materiais de estudo na área do Direito e de áreas afins, de apoio às aulas, concebido no âmbito da docência na unidade curricular de Direito da Propriedade Intelectual e com os contributos de outras áreas afins como a museologia, o design, a fotografia e a moda, que constituem a matéria prima, os casos práticos sobre as quais se debruçam os estudantes, áreas que foram discutidas na 4ª Edição da Conferência de Direito da Sociedade do Conhecimento, com o apoio dos especialistas convidados.

Os estudos constituem materiais pedagógicos, já adaptados para o ensino a distância, e visam acompanhar as ações levadas a cabo pela União Europeia e por Portugal, quer, ao nível legislativo quer, ao nível das orientações estratégicas, relacionadas com os direitos de autor e os direitos industriais, com especial destaque para a área da saúde e do caso específico do setor farmacêutico.

A área da saúde destaca-se de novo nesta edição, pela aplicação das novas tecnologias, tema que se desenvolve à luz de um projeto de investigação de Pós-Doutoramento na área do direito da saúde, integrado num projeto de pesquisa internacional, intitulado *Dignidade Humana, Direitos Humanos e Fundamentais e Proteção de dados na área da Saúde, num contexto de Regulação de Múltiplos Níveis*, coordenado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre em colaboração com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O projeto foi aprovado em 2018 pela CNPq Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Brasil).

Participam na elaboração da presente edição investigadores estrangeiros de referência, bem como, estudantes finalistas do curso de Direito da Universidade Europeia, autores de alguns artigos no âmbito dos direitos de autor e dos direitos industriais, temas desenvolvidos no âmbito da unidade curricular de Direito da Propriedade Intelectual. A coordenação científica da obra é de Cristina Maria de Gouveia Caldeira.

O Centro reuniu ao longo de 2021, colaborou com instituições portuguesas e estrangeiras na área jurídica com destaque para a defesa dos direitos fundamentais, designadamente o direito à privacidade e o direito à proteção de dados pessoais. De igual modo, o Centro desenvolve atividades formativas e contribui para a transferência de conhecimento para a sociedade, além de se constituir como um núcleo de reflexão que permite aproximar áreas clássicas, como é o Direito, às novas condições de digitalização e a novos modelos comunicacionais do conhecimento.

O Centro desenvolve um verdadeiro papel de diplomacia académica, possibilitando a partilha do conhecimento, não apenas através das conferências que organiza, mas também através das palestras que os Coordenadores do Centro são convidados a participar no estrangeiro, em resposta aos convites que lhes são dirigidos, destacando-se em particular Angola, Brasil e Argentina. No desempenho da sua missão desenvolveu no longo do ano de 2021, vários encontros de natureza científica e académica que abaixo são referidos:

WEBINARES/CONFERÊNCIAS

Dia 25 de novembro de 2021, realizou-se um webinar subordinado ao tema: Administração Pública e Proteção de Dados, com a presença do Consultor Filipe Pereira. O evento foi coordenado por Cristina Maria de Gouveia Caldeira.

Dia 08 de novembro de 2021, no âmbito da unidade curricular Direito da Propriedade Intelectual, o *Privacy and Data Protection Centre* realizou-se a 4ª edição da Conferência Direito da Sociedade do Conhecimento em regime presencial. A sessão foi organizada pelo Privacy and Data Protection Centre e realizou-se presencialmente no Auditório da Universidade Europeia. O encontro reuniu um conjunto de investigadores e docentes da instituição que discutiram os direitos de autor relacionados com a museologia, design, inteligência artificial e fotografia, bem como os direitos industriais, com destaque para a área da saúde e o setor farmacêutico. Foi sublinhada a complexa relação jurídica entre o Direito da Propriedade Intelectual e o Direito da Concorrência, tomando como exemplo as práticas defendidas pelo setor farmacêutico. No plano do direito de autor, discutiram-se várias temáticas (moda, pirataria, obras órfãs, entre outras), sendo que algumas acompanham a Diretiva (UE) 2019/790 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de abril de 2019, relativa aos direitos de autor e direitos conexos no mercado único digital, cuja transposição ainda se encontra em fase de Proposta de Lei 114/XIV/3. Em face das possíveis opções legislativas quanto ao método a seguir na transposição da diretiva, o legislador optou por seguir de perto o texto original e inserir os comandos adaptados no normativo do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março, a 19ª alteração, e de duas leis avulsas: (i) o Decreto-Lei n.º 122/2000, de 4 de julho e (ii) a Lei n.º 26/2015, de 14 de abril, na sua redação atual, que regula as entidades de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos.

Dia 21 de outubro de 2021, mesa redonda online subordinada ao tema: | “O futuro da Europa num Mundo em Transição”, em colaboração com o Movimento Europeu Português, com a presença dos seguintes oradores:

Alexandre Leitão, Diplomata, Alto Representante do MNE para a Transição energética e Alterações climáticas;

André Magrinho, Professor do ISEG e Especialista em Competitividade e Comércio Internacional e Assessor da Administração da Fundação AIP;

Agostinho Costa, General na reserva, Membro do GRES- Grupo de Reflexão em Estratégia e Segurança Francisco Jaime Quesado, Consultor, Gestor, Especialista em Digitalização da Economia.

Jorge d’Almeida, Presidente da CPLS – Comunidade Portuária e Logística de Sines

Moderador: José Conde Rodrigues e Cristina Caldeira Presidente e Vice-Presidente do Conselho Diretivo do CPME.

O evento contou com a moderação de Alexandre Sousa Pinheiro e a Coordenação de Cristina Maria de Gouveia Caldeira

Dia 14 de outubro de 2021, webinar com a presença de Gabriel Pestana, que irá defender o tema: *The electronic chain of custody process for CBRNE incidents*

O encontro contou com a presença habitual dos coordenadores do Centro, Cristina Maria de Gouveia Caldeira e Alexandre Sousa Pinheiro.

Dia 17 de junho de 2021, webinar intitulado: “A Forma dos Contratos Eletrónicos”, com a participação de Fabiano Menke e coordenado por Cristina Maria de Gouveia Caldeira e Alexandre Sousa Pinheiro.

A celebração de contratos por meio eletrónico está consolidada no ambiente negocial, e a pandemia do novo coronavírus evidenciou ainda mais essa tendência. Coloca-se, todavia, o problema prático da escolha das formas disponíveis para a vinculação jurídica com a utilização das tecnologias da informação e da comunicação e o valor jurídico que as partes e os tribunais reconhecerão a essas formas para a conclusão dos contratos. Serão abordados os fundamentos dogmáticos que autorizam a celebração dos contratos eletrónicos, bem como o que se denomina “forma eletrónica”. Num segundo momento, serão abordadas eventuais vedações à celebração dos contratos eletrónicos, bem como exposto o conceito da forma contratual híbrida. Na sessão

participaram estudantes finalista do Curso de Direito da Universidade Europeia, que irão defender o tema intitulado “Os Desafios ao Direito do Consumo”.

Fabiano Menke: Professor de Direito Civil da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS. Doutor em Direito pela Universidade de Kassel, Alemanha. Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da UFRGS. Advogado e Árbitro em Porto Alegre.

Dia 08 de junho de 2021, webinar intitulado: “Em Defesa dos Oceanos e da Vida”, em colaboração com a Fundação Mário Soares e Maria Barroso, durante o qual foi analisada a importância da segurança marítima, o problema da sociedade de consumo na relação com os oceanos, a poluição marinha, a conservação de espécies oceânicas altamente migratórias e os aspectos jurídicos internacionais da pesca marinha sustentável. A sessão foi coordenada por Cristina Maria de Gouveia Caldeira e Alexandre Sousa Pinheiro.

Os oradores:

Capitão-tenente Filipe Taveira Pinto, Comandante do submarino NRP Arpão

Professora Cleide Calgaro, Universidade de Caxias do Sul-UCS

Professora Tarin Cristino Frota Mont'Alverne, Universidade Federal-UFC, Fortaleza, Ceará

Professor Andre de Paiva Toledo, Escola Superior Dom Helder - Brasil

Professor Thomas Dellinger, Universidade da Madeira

Dia 08 de abril de 2021, webinar intitulado de “Direito Europeu e Democracia Ambiental”, com a participação da Professora Doutora Jamile B. Mata Diz, do Professor Doutor Deilton Ribeiro Brasil, da Professora Doutora Cristina Maria de Gouveia Caldeira e do Professor Doutor Alexandre Sousa Pinheiro.

O Professor Doutor Deilton Ribeiro Brasil defendeu o tema: "Instituições da União Europeia e o direito à informação na era digital", destacando especialmente o "Acordo de Escazú" sobre o direito de acesso à informação instituída pelo princípio 10 da declaração do meio ambiente e desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, como forma de efetivação da democracia ambiental. A melhor maneira de se tratar das questões ambientais é assegurar a participação de todos os cidadãos interessados. Cada indivíduo tem que ter garantia de acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações acerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios. A prática do Princípio 10 é extremamente relevante, considerando que este princípio fornece uma visão clara e pioneira de transparência, justiça e acesso à informação como base para o aprofundamento da democracia ambiental e da eliminação dos desequilíbrios mundiais.

A Professora Jamile B. Mata Diz versou sobre “Os aspectos da transparência e do diálogo, bem como a participação cidadã e a iniciativa popular, no âmbito do Tratado de Lisboa”. Foi feita uma análise das principais iniciativas, bem como dos fundamentos que estão na base do *modus operandi* das instituições europeias, a partir do procedimento estabelecido pelo Regulamento (UE) n. 211/2011. Foi realizado um levantamento das propostas de lei resultantes da participação direta dos cidadãos europeus entre 2012 e 2019, de modo a analisar se os procedimentos estabelecidos estão ou não a funcionar adequadamente.

Jamile B. Mata Diz, Profesora da Facultad de Derecho de la Universidad Federal de Minas Gerais. Profesora de la UIT-MG Brasil. Doctora en Derecho Público/Derecho Comunitario por la Universidad Alcalá de Henares - Madrid. Asesora Jurídica del Sector de Asesoría Técnica Secretaria del MERCOSUR - Montevideo (periodo: 2008-2009) Mestre em Direito pela UAH, Madrid Master en Instituciones y Políticas de la UE - UCJC/Madrid

Deilton Ribeiro Brasil, Pós-Doutor em Direito pela UNIME, Itália. Doutor em Direito pela UGF-RJ. Professor da Graduação e do PPGD - Mestrado e Doutorado em Proteção dos Direitos Fundamentais da Universidade de Itaúna (UIT), Faculdades Santo Agostinho (FASASETE-AFYA), Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete (FDCL). Professor visitante da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

Cristina Maria de Gouveia Caldeira, Doutora em Direito. Professora na área do Direito Internacional Privado na Universidade Europeia. Especialista em Propriedade Intelectual com publicações e emissão de pareceres. É coordenadora do *Privacy and Data Protection Centre* e desempenha funções como Assessora da Reitoria da Universidade Europeia.

Alexandre Sousa Pinheiro, Doutor em Direito. Professor de Direito Administrativo na Universidade Europeia. É coordenador do *Privacy and Data Protection Centre*. Autor de várias publicações e participante regular em iniciativas públicas de Direito Público e Proteção de Dados.

Dia 11 de março de 2021, webinar subordinado ao tema: “Os Dados Pessoais e os Direitos do Consumidor” que deu início à celebração do Dia Mundial dos Direitos do Consumidor, dia que foi instituído por John F. Kennedy, ex-presidente dos Estados Unidos da América, a 15 de março de 1962.

Com a participação do Professor Manuel David Masseno, da Professora Doutora Cristina Maria de Gouveia Caldeira e do Professor Doutor Alexandre Sousa Pinheiro, o *Privacy and Data Protection Centre* apresentou as linhas de rumo mais significativas da Proteção de Dados e da qualificação dos dados pessoais como contraprestação no âmbito da Diretiva (UE) 2010/770 do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de maio de 2019, relativa ao fornecimento de conteúdos e serviços digitais. Foi igualmente, objeto de apreciação a ambiciosa reforma do espaço digital, lançada pela Comissão Europeia, em dezembro de 2020, através da proposta de regulamento do Mercado Único dos Serviços Digitais – “Digital Services Act” e a proposta de regulamento sobre Mercados Digitais – “Digital Markets Act”, dando seguimento à estratégia digital iniciada em 2015, com novas regras para todos os serviços digitais, incluindo redes sociais, mercados digitais e outras plataformas *online* que operam na União Europeia e visando preparar os Estados-membros para a era da digitalização, relevando as soluções digitais que dão prioridade à ação humana.

Oradores:

Manuel David Masseno, Professor Adjunto e Encarregado da Proteção de Dados do Instituto Politécnico de Beja, onde também integra as Coordenações do Laboratório UbiNET – Segurança Informática e Cibercrime e do MESI – Mestrado em Engenharia de Segurança de Segurança Informática. Pertence à EDEN Rede de Especialistas em Proteção de Dados da Europol Agência Europeia de Polícia e ao Grupo de Missão “Privacidade e Segurança” da APDSI – Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação

Cristina Maria de Gouveia Caldeira, Doutora em Direito. Professora na área do Direito Internacional Privado na Universidade Europeia. Especialista em Propriedade Intelectual com publicações e emissão de pareceres. É coordenadora do *Privacy and Data Protection Centre* e desempenha funções como Assessora da Reitoria da Universidade Europeia.

Alexandre Sousa Pinheiro, Doutor em Direito. Professor de Direito Administrativo na Universidade Europeia. É coordenador do *Privacy and Data Protection Centre*. Autor de várias publicações e participante regular em iniciativas públicas de Direito Público e Proteção de Dados.

Dia 04 de fevereiro de 2021, mesa redonda online, em colaboração com o Movimento Europeu em Portugal, dedicada “aos Desafios da União Europeia e a Presidência Portuguesa”, tais como a pandemia e a saída da crise económica e social; a agenda de política e segurança externa; as relações de vizinhança e futuras adesões; a proteção ambiental, clima e transição energética; a transformação digital e os desafios no mercado de trabalho e a crise demográfica e o reajustamento do modelo social europeu.

Composição do Painel:

José Conde Rodrigues, Advogado, Professor Universitário, Presidente do Movimento Europeu em Portugal

Francisco Seixas da Costa, Embaixador, Professor Universitário, Consultor Estratégico

Tiago Moreira de Sá, Doutoramento em Relações Internacionais, Professor Universitário, Secretário para as Relações Internacionais do PSD

José Luís Carneiro, Mestre em Relações Internacionais, Deputado na Assembleia da República e Secretário Geral Adjunto do PS

Cristina Maria de Gouveia Caldeira, Doutorada em Direito, Professora Universitária, Coordenadora do *Privacy and Data Protection Centre* da Universidade Europeia e Vice-Presidente do Movimento Europeu em Portugal

Moderador:

Alexandre Sousa Pinheiro, Doutorado em Direito, Professor Universitário e Coordenador do *Privacy and Data Protection Centre* da Universidade Europeia

Dia 28 de janeiro de 2021, dia internacional da proteção de dados, um Webinar dedicado à “Justiça e Privacidade na Presidência Portuguesa e no Conselho da Europa” com a participação de José Luís Lopes da Mota, Pedro Verdelho, Cristina Maria de Gouveia Caldeira e Alexandre Sousa Rodrigues.

Com a participação do Juiz Conselheiro José Luís Lopes da Mota e do Procurador da República Pedro Verdelho, o *Privacy and Data Protection Centre* apresentou as linhas de rumo mais significativas da Proteção de Dados e do regime jurídico da Propriedade Intelectual na área da Justiça durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia no primeiro semestre do presente ano de 2021. Foi, igualmente, objeto de apreciação a matéria da proteção de dados no Conselho da Europa, as negociações e desenvolvimentos que têm sido levado a cabo, sempre numa perspetiva crítica e desenvolvida.

Oradores:

Juiz Conselheiro José Luís Lopes da Mota, desempenhou funções como Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça; Procurador-Geral Adjunto na Procuradoria-Geral Distrital Presidente da Eurojust e Secretário de Estado da Justiça do XIII Governo Constitucional.

Procurador Pedro Verdelho, magistrado do Ministério Público desde 1990. Entre outros tribunais, exerceu funções no Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa, na secção especializada na investigação de crimes informáticos. Foi docente do Centro de Estudos Judiciários, na área penal, da qual foi coordenador. Representante de Portugal na União Europeia e no Conselho da Europa, em assuntos relacionados com a cibercriminalidade. Presentemente, coordenador do Gabinete Cibercrime da Procuradoria-Geral da República.

Cristina Maria de Gouveia Caldeira (PhD)

Professora da Universidade Europeia
Investigadora do *Centre for Functional Ecology*
da Universidade de Coimbra
Coordenadora do PDPC

Alexandre Sousa Pinheiro (PhD)

Professora da Universidade Europeia
Membro do Conselho Consultivo
do Observatório Nacional de
Cibersegurança
Advogado, Coordenador do PDPC